

# O Rio onde o sol não brilha: acumulação e pobreza na transição para o capitalismo \*

Sydney Sérgio F. Solis \*\* e Marcus Venício T. Ribeiro \*\*\*

*Quem de três tira noventa/Adivinbem quanto fica?  
Esta conta é que atormenta/que enfesa, que mortifica  
Os pobres dos proletários/Neste jogo de entremez  
ganham seis mil réis diários/gastam trezentos por mês . . .*  
Serenata Algébrica, *A Plebe*, 1926.

---

**Resumo** – A transição para o capitalismo no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, reproduziu em novas bases as distorções herdadas à empresa mercantil colonial. A urbanização e a industrialização do antigo Distrito Federal excluíram dos benefícios da civilização as classes trabalhadoras, causando-lhes sérios prejuízos nas condições de trabalho, na moradia, no saneamento, nos transportes, na alimentação e na saúde. Este artigo – que problematiza a contradição acumulação/pobreza – resume algumas análises resultantes do projeto “Assistência médica no Rio de Janeiro: uma contribuição para a sua história no período 1870-1945”, implementado pela equipe de pesquisadores do Instituto de História Social Brasileira, entre 1979 e 1980, com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

**Palavras-chave:** acumulação urbana; pobreza; políticas sociais; capitalismo.

---

Extraídos de uma mordaz “Serenata Algébrica”, que foi publicada, sem indicação de autor, na imprensa anarquista, os versos acima constatavam o drama que se abatia sobre a nascente classe trabalhadora e as camadas de baixa renda em geral: a sua exclusão dos

benefícios da civilização e dos direitos de cidadania. A vida na capital federal nem sempre correspondia às imagens que, a partir de um certo momento, seriam difundidas pelos postais. Pelo contrário, as “maravilhas” da cidade tropical eram privilégio da minoria que detin-

---

\* Este artigo foi publicado originalmente na *Revista Rio de Janeiro*, n.1, dez. de 1985, p.45-60.

\*\* Cientista Político e Pesquisador aposentado do IPHAN.

\*\*\* Pesquisador da Fundação Biblioteca Nacional e Professor de História.



ha alguma forma de capital e a burocracia do Estado.

Para as classes subalternas, a vida e o trabalho possuíam colorações bem mais escuras, estando privadas das mais banais condições de existência, sem o amparo da lei e do Estado. Uma exclusão tão antiga quanto a própria cidade. A industrialização não reverteu a exclusão, antes a agravou em muitos aspectos. A descrição da situação do operariado brasileiro, feita por Everardo Dias no início do século, é bem ilustrativa, coincidindo com o noticiário dos jornais operários e com os depoimentos – poucos, é verdade – de trabalhadores que viveram nesta época:

*uma base salarial baixíssima, salário de escravo, exploração brutal do braço humilde que se encontrava em abundância no país, gente de pés descalços e alimentação parca (um punhado de farinha de mandioca, feijão, arroz, carne seca) (...) café*

*adoçado com mascavo e um pouco de farinha, pois pão era artigo de luxo, bem como leite, a carne, os condimentos, os legumes (estes últimos desconhecidos na casa do trabalhador). E quanto à moradia, estava confinado a barracões em fundo de quintal, em porões insalubres, em casebres geminados (cortiços), próximos às fábricas e pelos quais pagava de aluguel mensal 15, 20, 30 mil réis. E o proletariado fabril, em grande parte feminino e constituído de mocinhas, era o preferido para a indústria têxtil, trabalhando das 6 da manhã às 7 e 8 horas da noite, com uma hora intermediária para o almoço, que era engolido à beira dos passeios, à porta das fábricas ou pelas imediações quando se morava um pouco distante. A anemia e a tuberculose faziam abundante ceifa anual. Os homens eram só os contramestres, mestres, tecelões especializados. Mesmo assim mal pagos (...) Na indústria metalúrgica, o número de menores também era predominante sendo que o sexo aceito era o masculino. Com exceção de um reduzidíssimo número de técnicos (mecânicos, ferramenteiros, moldadores, fundidores), o restante era constituído de carvoeiros, alimentadores de fornalhas, fa-*



*zendo serviços quase suicidas pelas bronquites, pneumonia, reumatismos, que iam contraindo. Os menores (em que contavam rapazinbos de oito anos) eram empregados em serviços pesados, alguns incompatíveis com sua idade e sua constituição física, e mal chegavam a adultos e quando chegavam era para formar filas nas clínicas gratuitas da Santa Casa da Misericórdia, como indigentes.<sup>1</sup>*

A questão é saber por que o capitalismo nascente entre nós não foi capaz de gerar um projeto político e econômico que incluísse os trabalhadores, ainda que de forma subordinada. Procuraremos mostrar que a transição brasileira para o capitalismo criou, por um lado, acumulação de riqueza e poder, além de indiscutível progresso, mas, por outro lado, gerou a miséria absoluta e relativa dos trabalhadores, configurada em graves deficiências de moradia e saneamento, carência alimentar, elevação dos preços, altos índices de morbidade e, por fim, a morte precoce – situação que perdura até nossos dias.

O fato é que a transição brasileira para o capitalismo gerou cidades – e relações de cidadania – profundamente antidemocráticas e antipopulares em função de sua própria base estrutural. Por isso, mais do que narrar o pitoresco, pretendemos clarear um pouco o lado obscuro da história do Rio: o lado onde o sol não brilha – o interior das fábricas, os lúgu-

bres cortiços, as vielas das favelas, os bancos das enfermarias de indigentes, a mesa pobre do trabalhador.

## **A Capital para o capital: a construção da exclusão**

### **O monopólio**

As cidades comerciais brasileiras – Rio, Salvador, Recife, Belém etc. – nascem sob o signo das práticas monopolistas. O monopólio comercial da metrópole impôs a criação de núcleos urbanos e feitoriais por meio dos quais o excedente exportável e os produtos importados podiam escoar sob o controle rígido do capital mercantil lusitano. A produção e a comercialização conviviam como faces da mesma moeda no interior da empresa mercantil colonial.

Neste empreendimento econômico, entretanto, a comercialização, nas mãos dos comerciantes portugueses, subordinava a produção, em mão dos nacionais.

Para os brasileiros, o monopólio aparecia como um entrave à expansão de seus negócios. Durante a fase mercantilista, porém, dependiam da burguesia metropolitana para escoar seus produtos, mesmo que à custa do pagamento de pesados tributos. A unidade dos contrários era a própria empresa mercantil. As cidades brasileiras, por sua vez, eram extensões do campo: um “equipamento” a mais para a realização da produção, como a terra e

os meios de transportes. Eram, portanto, representantes do campo produtor.

A localização do aparelho estatal português aparecia neste contexto como uma intrusão estrangeira. Segundo Paul Singer, “a concentração do excedente na cidade era a única maneira de se reunir recursos (...) para a mobilização de forças capazes de defender o sistema de exploração colonial de ameaças de fora e de dentro”.<sup>2</sup> A burguesia mercantil permanecia estranha às cidades da América, não apenas por sua nacionalidade. Ela representava a exterioridade da comercialização em relação à produção, a primeira sufocando a segunda. Permanecia, pois, estranho às cidades que representavam a hegemonia local do campo produtor. Para que o capital mercantil se apropriasse da capital brasileira, fazia-se necessário que ele próprio se apropriasse da produção, se tornasse também capital agrário, confundindo-se com os nacionais – processo que levaria à supressão da empresa mercantil, mas não de suas heranças.

A vinda da corte portuguesa para o Brasil inicia a mudança: a abertura dos portos, a revogação da proibição de manufaturas no país, os acordos com a Inglaterra, a instalação da máquina burocrática do Estado português no Rio de Janeiro, o amálgama entre os mercantilistas e os “da terra” e, finalmente, a autonomia política completaram o processo de criação das condições para a apropriação do espaço urbano carioca pelo capital comercial.



As práticas monopolistas, que pressupõem a exclusão dos concorrentes e dos sem capital, foram enormemente favorecidas pela forma como se deu a inserção do país na divisão internacional do trabalho capitalista. Conservando a especialização na produção para a exportação, o capital comercial mantinha-se como um elo indispensável no suprimento de mercadorias e de capitais de que o país necessitava. A grande vantagem de tudo isso, como já dissemos, foi a concentração dos excedentes de capitais nas cidades. Para atender a agroexportação, foram criadas uma série de funções eminentemente urbanas – como os serviços portuários, de armazéns, transportes etc.. No Rio de Janeiro, essa concentração, aliada às funções econômicas e políticas da capital, produziu uma urbanização particularmente distinta das ocorridas em cidades européias e norte-americanas. Ela aconteceria antes que se desse no país a se-



paração entre o campo e a cidade. Ou, em termos econômicos, antes que a indústria subordinasse a agricultura e antes ainda que nela se concentrassem as atividades produtivas necessárias à sua própria subsistência. O Rio de Janeiro cresce como um representante do campo: do campo agroexportador e fornecedor de produtos de realização interna (alimentos e matérias-primas consumidas no próprio país).<sup>3</sup>

A expansão da agricultura de exportação, ao longo do século XIX, acarretaria, porém, outro efeito perverso: a desarticulação da pequena agricultura para o mercado interno. Já em 1860, Sebastião Ferreira Soares apontava este fato em trabalho pioneiro sobre a produção agrícola e a carestia dos gêneros alimentícios no Império: “Os braços, que até certa época se empregavam promiscuamente na cultura de gêneros exportáveis e nos de mais comum alimentação, têm sido nos últimos tempos ocupados exclusivamente na grande lavoura, desprezando-se a pequena agricultura por menos lucrativa, como seja a do feijão, milho, mandioca, etc..”<sup>4</sup>

Desta forma, também a agricultura para mercado interno concentrou-se em poucas mãos, tal como já sucedia com o comércio exterior. O controle direto da produção pelo capital comercial fazia do grande fazendeiro o intermediário desse processo, como pode ser constatado numa reclamação datada de 19 de dezembro de 1820, dois anos antes da independência política: “Que os víveres não se-

jam sonogados por meia dúzia de atravessadores que, de comum acordo, compram aos lavradores para os aferroalharem em celeiros ocultos, e a seu soldo impõem o enorme preço com que sangra o povo”.<sup>5</sup>

Cabe lembrar também que nada facilitou tanto a monopolização do comércio interno quanto o fim do tráfico negreiro. A proibição provocou tal liberação de capitais que resultou num festival de especulação e agiotagem. Como a agiotagem, contudo, estava sujeita a controles eventuais do Governo, o capital comercial voltou suas vistas para outro tipo de “negócio”:

*dessa nova cruzada nasceram as associações do bacalhau, das farinhas de trigo e carnes verdes: bem como a de compra dos carregamentos dos gêneros alimentícios, para armazená-los e, serem vendidos com súbitos lucros; assim fazendo-se encarecer os comestíveis, sem que deles haja falta no mercado. Que não há falta de gêneros comestíveis se pode verificar percorrendo-se os depósitos de armazéns dessas espécies, que se os encontrara repletos de tais mercadorias, sem jamais baixarem seus preços, mesmo nas épocas das colheitas.*<sup>6</sup>

Com a monopolização do abastecimento dos gêneros alimentícios, criava-se a figura do “atravessador”. Sua função, absolutamente



inútil na cadeia econômica, produziria consequências perversas para economia interna que não se fizeram esperar. Segundo Soares, “(...) os sete principais gêneros da alimentação pública duplicaram e mesmo foram além do duplo, nos oito anos decorridos de 1850-1851, e porque a população não duplicou nesse espaço de tempo, nem a produção diminuiu, e antes tem aumentado [grifo nosso], é evidente que só o monopólio pode concorrer para essa duplicação de preço em ao curto espaço de tempo”.<sup>7</sup> Monopolizada a “praça do Rio de Janeiro”, abria-se o espaço para a apropriação monopolista da própria cidade. A este processo denominamos de acumulação urbana.

### A acumulação urbana

Por acumulação urbana entendemos aquelas formas de acumulação que utilizam a cidade como matéria-prima da valorização do capital. Na realidade, não se trata de urna esfera do modo de produção capitalista, mas

apenas o enfeixamento dessas esferas na estrutura urbana: a cidade é vista como urna mercadoria, com valores-de-uso e valores-de-troca diferenciados, que é produzida, lançada na circulação e realizada pelo consumo de sua população.

Acontecia, porém, que o Rio de Janeiro, na metade do século passado, não tinha as condições de salubridade desejáveis para a realização dos negócios e a preservação do próprio mercado interno. Um dos seus maiores problemas era o do saneamento básico, não sendo poucas as denúncias que apontavam as valas e fossas como causas “(...) das três mais graves epidemias que temos tido: a de febre amarela, a de febre tifóide e a de cólera (...)”.<sup>8</sup>

Em 1862, o governo imperial concedeu à casa bancária inglesa Glenn and Mills and Co. o monopólio da exploração da rede básica de esgotos da cidade. Ela deveria ser construída e mantida pela The Rio de Janeiro City Improvements Company Ltda., empresa montada por aquele banco. Instalados inicialmente





te na área central da cidade, os serviços cresceram rapidamente. Em 1872, o censo registrava 30 mil habitações conectadas à rede de esgotos, o que representava 46,5% dos prédios existentes na cidade. Em 1890, o número de prédios elevava-se a 48.576 (mais de 60% do total), alcançando os subúrbios mais próximos da Central do Brasil.<sup>9</sup>

A concessão feita à City teve um papel indutor na economia da cidade. A indústria da construção civil, por exemplo, beneficiou-se diretamente executando as obras empreitadas pela Companhia; e indiretamente, incrementando a construção nas áreas urbanas saneadas. O saneamento abria também ao capital privado a possibilidade de exploração dos serviços de transportes, gás e, mais tarde, energia elétrica.

Embora trouxesse progresso para a cidade e favorecesse a sua expansão geográfica, a atuação da “City” deixava a desejar em muitos aspectos. Segundo freqüentes denúncias, inclusive da Academia Imperial de Medicina, os encanamentos eram de má qualidade. Sofrendo a ação do calor, eles rompiam-se constantemente, infectando o solo, as águas próximas e o interior das próprias casas. Despejos *in natura* eram feitos em rios da cidade e principalmente na baía da Guanabara. O engenheiro André Rebouças, um dos maiores críticos da rede construída pela City, considerou-a urna “obra infecta, cujo erro máximo foi constituir a baía do Rio de Janeiro em uma cloaca”. “O subsolo desta capital - ele denunciava - é

úmido, poroso e saturado de materiais excrementícios pela nefanda rede de ruins canos de esgoto”.<sup>10</sup>

Os serviços oferecidos pela City eram, além do mais, restritivos. Um exemplo era o tipo de equipamento sanitário a ser utilizado, cuja instalação era monopólio da empresa: a latrina do tipo *wash-out closets* (tipo usualmente instalado hoje) destinava-se às classes abastadas e o *hooper* ou *botte-closets* (tipo inferior) era para “uso público” e casas proletárias. Embora a regulamentação da concessão obrigasse a instalação de um gabinete de latrina para cada 20 habitantes nas habitações coletivas, isto só acontecia, em média, em 113 delas. A discriminação de fato se transformaria em discriminação de direito, em 1918, pelo decreto 12.866, do Governo Federal, autorizando tarifas diferenciadas para habitações de maior ou menor valor locativo. Sob a aparência de uma tarifa socialmente “mais justa” – quem pode menos, paga menos – sancionava-se uma situação que levaria a companhia inglesa a abandonar quase totalmente o atendimento aos mais pobres da cidade.<sup>11</sup>

A City demonstrava que a “exploração da cidade” podia ser uma excelente fonte de lucros para outros negócios. Um dos casos mais típicos foi o da criação e expansão dos serviços de carris urbanos, estudados por Abreu e Bronstein<sup>12</sup>:

*É importante ressaltar que os bon-des não só vieram reforçar características já existentes, como passa-*





*ram também a determinar a evolução da ocupação de grande parte da cidade, tornando-se, assim, veículo importante da criação, acumulação e reprodução do capital nacional e estrangeiro. O capital nacional, proveniente de grande parte dos lucros da aristocracia cafeeira, dos comerciantes, industriais e financistas, passou a ser aplicado em propriedades imóveis, nas áreas servidas pelas linhas de bonde. Já o capital estrangeiro teve condições de se multiplicar, pois controlava as decisões sobre que áreas seriam servidas por bondes e onde deveriam ser criados novos bairros (neste caso em associações com empresas nacionais), além de ser responsável pela provisão de infra-estrutura urbana.<sup>13</sup>*

As companhias de bondes, segundo Abreu e Bronstein, procuraram inicialmente as áreas cujo mercado já existia. Assim, em 1868, a Botanical Garden Railroad Company, empresa norte-americana, inaugurou sua primeira

linha, ligando a Rua Gonçalves Dias ao Largo do Machado. Em 1871, ela estendeu suas linhas até o Jardim Botânico, beneficiando o aristocrático bairro de Botafogo, e inaugurou um ramal para Laranjeiras. Em 1870, a Rio de Janeiro Streets Railway Company inaugurava os seus serviços atendendo a São Cristóvão, Andaraí Pequeno (Tijuca), Saúde, Santo Cristo, Gamboa, Caju, Catumbi e Rio Comprido. Em 1872, foi a vez da Companhia Ferro-Carril de Vila Isabel, do Barão de Drummond, que recebeu permissão para explorar uma linha entre a cidade e bairros da Zona Norte.

Assim como já ocorria no esgotamento, os serviços de bondes também iriam induzir a ocupação e a exploração das áreas por eles alcançados. A Companhia Vila Isabel não se limitou a explorar um mercado preexistente para suas linhas, indo criar seu próprio mercado mediante articulação com o capital imobiliário. Em 1873, favorecida pela chegada do bonde, a Companhia Arquitetônica, de propriedade também do Barão de Drummond, iniciou o loteamento de grande parte do bairro.<sup>14</sup> Abrindo ruas largas, no estilo das reformas realizadas nas grandes cidades européi-





as, o Barão pretendia atrair as famílias de posses vendendo-lhes a infra-estrutura dos bondes, um “estilo de vida europeu”, além de um jardim zoológico onde, anos depois, os visitantes também poderiam divertir-se, por apenas alguns tostões, com uma ingênua loteria por ele inventada: o jogo do bicho.

A ocupação de Copacabana e de Ipanema é outro exemplo da força da articulação de grupos capitalistas na esfera da acumulação urbana. A Jardim Botânico era criticada por não expandir os serviços nas linhas existentes, o que provocava “(...) seria crise de transporte”, devido ao crescimento da população nos bairros já servidos.<sup>15</sup>

Por isso, o intendente municipal, Dr. Ubaldino do Amaral, negou, em 1890, a solicitação para expandir suas linhas até Copacabana. Articulando-se com o empresário imobiliário Constante Ramos, segundo nos contam Abreu e Bronstein, a Jardim Botânico conseguiu que o Dr. Ubaldino fosse substituído por Félix da Cunha Menezes, que não só renovou os contratos da companhia, como autorizou a concessão para explorar a primeira linha de bondes de Copacabana. Área

ainda pouco habitada, a companhia chegou a oferecer condução gratuita para estimular as vendas no “pitoresco arrabalde”.

Em 1901, a Jardim Botânico estenderia seus trilhos até Ipanema, onde a Cia. Vila Ipanema, de propriedade do Barão de Ipanema, incorporava novos loteamentos já valorizados pelos serviços. Ipanema já tinha luz elétrica e, logo depois, ganharia rede de esgotos construída pela City, que empregou nestes dois bairros um moderno sistema o “separador absoluto” – até então inédito no país. O mais curioso é que Ipanema só não tinha muitos habitantes – 96 prédios – enquanto áreas mais populosas como Inhaúma (3,5% da população da cidade, em 1890), Campo Grande (3%) e Santa Cruz (2,5%) não recebiam nem a rede de qualidade inferior.<sup>16</sup>

Os interesses da economia da urbanização cuidavam de ocupar também as áreas “menos pobres” do subúrbio, abrindo-se ao médio e ao pequeno capital imobiliário. Neste caso, a acumulação urbana aproveitou-se da expansão ferroviária.



Inaugurada em 1859, a Sociedade de Estradas de Ferro D. Pedro II, embora se destinasse a trazer para o porto do Rio o café do Vale do Paraíba, acabou induzindo à ocupação do subúrbio. Junto com a criação de novas estações, ruas eram abertas por pequenas companhias loteadoras,<sup>17</sup> produzindo uma mercadoria compatível com o poder aquisitivo da baixa classe média. Estendendo sua rede de esgoto pelo lado esquerdo da via férrea, até o Engenho de Dentro, a City havia permitido também às indústrias gradualmente eliminadas do centro da cidade ocuparem parte dos subúrbios.

Mesmo a Rio de Janeiro Northern Railway Company – futura Leopoldina Railway – que se expandiu por áreas mais pobres, não deixou de exercer um papel indutor na ocupação suburbana. Segundo Abreu e Bronstein, embora atravessasse terras sujeitas a inundações periódicas, esta ferrovia “(...) interligou uma série de núcleos semi-urbanos preexistentes (como Bonsucesso, Ramos, Olaria, Penha, Brás de Pina, Cordovil, Lucas e Vigário Genal) que, devido à grande acessibilidade ao Centro proporcionada (...) pela ferrovia, passavam a se desenvolver em ritmo acelerado”.<sup>18</sup> Entre 1898 e 1902, os quatro primeiros daqueles bairros foram loteados por pequenas empresas, vindo a ser ocupados por famílias proletárias e de classe média baixa.<sup>19</sup>

Uma terceira área suburbana seria integrada pela Estrada de Ferro Rio D’Ouro. Constituída em parte por mangues e pântanos, em

parte por terrenos secos – como Inhaúma, Irajá, Vicente de Carvalho, Coelho Neto e Pavuna –, seu crescimento seria desigual. Esta última área, formada por núcleos *antigos* de comércio de gêneros alimentícios para consumo interno ou centros de pequenas indústrias; como Olaria (na freguesia do Irajá), vai-se articular à acumulação urbana, especialmente o capital comercial e sua fração mais jovem, o capital imobiliário. A região de mangues e pântanos – Manguinhos, por exemplo, e toda a área da bacia dos rios Jacaré, Faria e Timbó – não receberá nenhuma infra-estrutura sendo ocupada pelo proletariado.

Em resumo, a acumulação urbana criava áreas nobres nas zonas sul e norte da cidade. Nos subúrbios, criou áreas para uma expansão bastarda da indústria, para o comércio e para modestas residências, ficando as partes pantanosas ocupadas pela população proletária e pobre. Com isso, “limpava-se” o centro da cidade, de modo que ele pudesse ser apropriado pelo capital comercial e seu principal agente político: o Estado.

Não seria outro o significado básico da administração Pereira Passos (1903-1906). Além da reforma urbana, ela assinalaria a afirmação de uma ideologia que consagrava a hegemonia do capital comercial cafeeiro, no plano interno, e a importância do Brasil – primeiro produtor de café – no mundo. Seu extenso programa de alargamento e construção de vias públicas e de saneamento e embelezamento da cidade implicaria, como se sabe, a



expulsão dos pobres do centro, para entregá-lo ao capital.

A acumulação urbana, por outro lado, havia criado condições para a industrialização do Rio de Janeiro, ao abrir áreas para a instalação de indústrias e concentrar capitais em atividades distintas do comércio. A indústria nascente, por isso, vai incorporar muitos dos seus vícios, os quais a própria acumulação urbana havia herdado da empresa mercantil colonial. Cumpria-se, pois, a máxima segundo a qual a apropriação do solo pelo capital significa a expulsão do mesmo dos despossuídos do capital. O próprio Estado entronizava a lógica comercial da acumulação urbana, fazendo de cada desapropriação um lucrativo negócio. Os despossuídos – o proletariado mais pobre em geral – viveria um outro Rio de Janeiro. Um Rio sombrio e insalubre. Nada maravilhoso.

## O lado escuro da Capital

As idéias dominantes no Brasil, no século XIX, procuravam obscurecer as relações entre patrões e empregados. O censo de 1890, por exemplo, deixou de fazer essa distinção, por “não ver qualquer utilidade neste fato”, sendo freqüente também, nesta época, ressaltar as “grandes oportunidades” de se progredir na vida com o “trabalho diligente e pacato”.

Era a época em que, segundo Ernesto Senna, um liberal-conservador, preocupado em valorizar o velho comércio do Rio de Ja-



neiro, “o espírito de caixeiro de então, conservador e modesto, procurava reunir economias, dedicava-se de corpo e alma ao trabalho para garantir um futuro compensador. O objetivo era tornar-se patrão”.<sup>20</sup> Ainda segundo Senna, o comerciante francês Garnier dava almoço e janta para seus 14 empregados. Henrique Laemmert, editor do famoso *Almanack*, admoestava e aconselhava os empregados que, sentados à mesma mesa, se alimentavam mal. E Leuzinger dava aposentadoria com bons vencimentos.

A atenuação ideológica das diferenças entre patrões e empregados fazia sentido numa atividade em que, majoritariamente, ainda não estavam separadas com nitidez as pessoas do capital e do trabalho. Mas ela correspondia também a uma relação de acumulação primi-

tiva de capital, tanto para o empregador, quanto para um entre os muitos caixeiros, o “interessado” na firma. Luiz Edmundo reconstituiu, com felicidade, o percurso deste último. Ouvindo o último conselho do pai – “Para com teu patrão, meu rico filho, muita submissão e respeito!” – o meninote deixa a terra natal em busca da fortuna e do futuro no Brasil. Na “sórdida venda”, onde se emprega, o prato “se não é ótimo, é pelo menos, cheio e farto”. Com o tempo aprende “a conhecer o mundo pela filosofia do patrão (...) aprende a burlar e a mentir, vende o podre por bom. Carne seca ardida por fresca. Café com mistura de milho”. Aos 30 anos, torna-se “interessado na firma”, aos 35 já faz parte dela. “Meio rico”, propõe urna reparação da sociedade e, com o dinheiro recebido, monta seu próprio negócio, “se estabelece”: uma outra venda, um cortiço ... “E (...) pensando no que foi, manda buscar à terra novos escravos brancos (. . .) para explorar e corromper”.<sup>21</sup> Aqui o patrão é senhor.

O trabalho no comércio a varejo vendia a imagem da fortuna fácil na América tropical a um sem-número de imigrantes. Esta imagem interessava também ao grande capital comercial e à indústria nascente, porque, ao reforçar os laços patriarcais, diluía os conflitos, retirando do trabalhador seus direitos enquanto tal.

As manufaturas comerciais surgiam, em geral, como extensão natural do comércio. Era o caso de tipografias – que eram extensões de livrarias –, e de pequenas fábricas de roupas

e chapéus, além de alfaiatarias – que estavam ligadas a casas de roupas. Embora sua base técnica fosse artesanal, já se encontrava em muitas delas o princípio manufatureiro da divisão do trabalho.

Como era o trabalho no interior dessas manufaturas?

Apesar do paternalismo disseminado, uma representação do Club Protetor dos Chapeleiros enviada à Inspetoria Geral de Higiene, em 1890, afirmava que era “demasiado o sofrimento desta classe (...) rodeada de diversas moléstias, (...) a trabalhar ao pé de grandes maquinismos a vapor, em espaço acanhadíssimo, sem nenhuma entrada para o ar e mesmo sem luz do dia (...)”.<sup>22</sup> Nas alfaiatarias, segundo o depoimento de um operário, não se pagava salário durante a fase de aprendizagem, havendo caso em que os aprendizes pagavam aos mestres para conhecerem o ofício: “Trabalhávamos aninhados no chão, como que de castigo (...) Os joelhos serviam de mesa, pois era sobre ele que colocávamos o prato de lata, quando os mestres ordenavam que já podíamos comer (...). Sem nenhuma conquista no campo da Assistência Social, nossa classe, fértil em produzir tuberculosos, vivia o seu drama angustiante”.<sup>23</sup>

A jornada de trabalho das costureiras, serzideiras, bordadeiras, relatada por Elvira Boni, uma das fundadoras da União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas, começava às 8 e terminava às 19 horas, “quando a dona do atelier não lhe prorrogava até 20 ou



22 horas, sempre pelo mesmo salário”.<sup>24</sup> Os salários iam dos 20 a 200 mil réis por mês, mais a alimentação, equivalendo o maior salário a pouco menos de 700 réis por dia!

A manufatura comercial no Brasil preservou o trabalho a domicílio como extensão de si própria; a grande indústria não levaria a sua extinção no Brasil. No que toca, em especial, à manufatura de roupas, o trabalho a domicílio constituía uma verdadeira seção externa (o *putting out*). Difícil imaginar que as costureiras do morro do Castelo – descritas por Edmundo como “moçoilas pálidas (...) cheias de olheiras (...) queixando de pontadas no lado do pulmão, tonteiras e falta de ar”<sup>25</sup> exercendo o seu ofício em “palácios retalhados em cubí-

culos, muitos deles com compartimentos mostrando divisões de anragem ou tabiques (...), sem ar, sem luz”<sup>26</sup> – tivessem trabalho melhor.

Tais condições poderiam ser atribuídas ao atraso técnico das corporações e das manufaturas mais acanhadas. O quadro, no entanto, não era distinto nas fábricas maiores. As principais delas – como o estaleiro fundado por Mauá, na Ponta d’Areia, e a Luz Steárica, de sabão e velas – empregavam escravos, em meados do século passado, e pagavam pessimamente aos seus trabalhadores livres.

O trabalho por tarefa, ou por peça, era uma forma ainda mais danosa de extrair mais-trabalho, pois induzia o operário a se lançar em jornadas absurdas para obter pe-



quenos acréscimos de salário. Com isso, rebaixavam o valor dos salários dos demais operários não “tarefeiros”. Um truque das manufaturas.

A grande indústria mecanizada poderia ter outra realidade em face de seu avanço tecnológico. Isto, porém, não ocorreu. Escrevendo na *Revista Syniátrica*, de junho de 1909, o Dr. Antonio Ferrari, da Liga Brasileira contra a Tuberculose, revelava que mais de 25% dos óbitos por essa doença eram de “operários e artistas”, principalmente das fábricas de tecidos, as maiores do período.<sup>27</sup>

Visitando uma dessas fábricas, o Dr. Ferrari encontrou como condições que favoreciam a propagação da doença as lançadeiras de chupar, “que a poucos anos foram completamente proibidas nas fábricas inglesas”, a “(...) insuficiência do arejamento e a deficiência de luz (...)”, a temperatura superior a 38°C e, algumas vezes, 40°C, agravando “(...) a asfixia relativa que sofre o operário numa atmosfera de ar saturado de poeiras e confinado pela insuficiência de renovação (...)”.<sup>28</sup>

Em 1902, a fábrica Bangu substituiu as lançadeiras de chupar por modelos mais aperfeiçoados. O Dr. Marques de Oliveira fez uma palestra para os trabalhadores, mostrando as vantagens da inovação: ela permitia a um operário preparar, em uma hora, 800 lançadeiras das modificadas, “sem o menor cansaço”, enquanto antes só preparava 400, ficando em extremo fatigado. Na realidade a inovação intensificava a jornada, arrancando mais traba-

lho numa jornada já extensa. O aperfeiçoamento dos teares intensificava a sua velocidade, permitindo que um operário cuidasse de um número maior deles reduzindo, desta forma, o tempo “improdutivo” do trabalhador.

A grande indústria combinava, assim, as péssimas condições de trabalho das manufaturas com a intensificação da jornada e a aglomeração de maquinismo propiciada pelo progresso tecnológico. As mazelas crônicas da “velha indústria” juntavam-se aquelas derivadas da fadiga e dos acidentes de trabalho.

## Quem trabalha, mora mal

Nas primeiras décadas do século XIX, a área urbana do Município da Corte limitava-se a cinco freguesias sitiadas em torno dos morros de São Bento, Conceição, Santo Antonio e Castelo: eram elas Santa Rita (próxima ao porto), Candelária, Sacramento, São José (compreendendo o morro do Castelo e a parte plana em volta) e Santana (a maior de todas, indo do morro de Santo Antonio até a parte mais próxima dos atuais bairros do Catumbi e Santa Teresa).<sup>29</sup>

Embora a população mais pobre residisse principalmente em Santa Rita e Santana, não havia uma diferenciação social rígida entre as freguesias. Com o rápido crescimento demográfico registrado ao longo do século – em razão, sobretudo, das migrações de estrangeiros e de escravos emancipados –, essa indiferenciação





acentuou-se, ocasionando o adensamento de toda a área urbana central. Isto era lógico, pois era no centro, misturado aos prédios residenciais, que estava o mercado de trabalho (as oficinas, as fábricas, o comércio e os serviços em geral).

O adensamento das freguesias acompanhou-se do adensamento da moradia popular, cuja forma básica eram as habitações coletivas: estalagens, cortiços e, posteriormente, as casas de cômodos.<sup>30</sup> De propriedade de comerciantes portugueses, de gente da “aristocracia” e de instituições filantrópicas como a Santa Casa da Misericórdia, os cortiços e as estalagens alojavam a preços mais acessíveis as famílias proletarizadas da cidade.

Alojavam mal, porém, uma vez que a grande maioria não tinha os requisitos básicos de higiene. A iluminação e a ventilação, como já acontecia nos prédios das manufaturas, eram deficientes. O número de latrinas, abaixo das necessidades. Água, pouca. Os gases desprendidos pelos candeeiros e lampiões a querosene, em cômodos minúsculos e muitas vezes sem janelas, faziam mal à saúde. Em 1888, essas habitações correspondiam a 3,96% dos prédios da cidade, abrigando 11,72% da população. Mais de 20 mil pessoas: 12.299 estrangeiros e 9.630 brasileiros. A densidade média por quarto era de 2,6%, muito superior à densidade aceitável de 1,5%. Com o crescimento do número de moradores, tornavam-se não só um meio poderoso de propagação de moléstias epidêmicas e

endêmicas, como também um dos instrumentos da morte precoce dos pobres.

Os índices de mortalidade por tuberculose sempre foram mais elevados nas habitações coletivas do que nas unifamiliares. Entre 1913 e 1917, os coeficientes por 1.000 habitantes nas habitações comuns foram: 2,83; 4,14; 4,10; 4,0; e 3,86. Nas habitações coletivas, os coeficientes mais que duplicavam 8,55; 8,78; 9,13; 10,13; 10,09 e 9,33.<sup>31</sup> A alta densidade domiciliar e a deficiente ação dos naturais de desinfecção (luz solar e ventos) contribuíram para a propagação da doença.

A febre amarela, antigo fantasma a aterrozinar a cidade, fazia também suas maiores vítimas entre os trabalhadores dos cortiços, principalmente os estrangeiros. Na última década do século passado, os maiores coeficientes de mortalidade eram em Sacramento, Santo Antonio (freguesia desmembrada de Santana, em 1854), Santa Rita e Santana. Esta última, segundo comentário do Relatório da Direção Geral de Saúde Pública, de 1895, “pela grande população, em geral constituída pelo proletariado e cheia de estalagens e cortiços, alguns em péssimas condições higiênicas e outras insanáveis não admira que forneça todos os anos grandes contingentes de óbitos, mormente nos anos de quadros epidêmicos”.<sup>32</sup>

Outras doenças infecto-contagiosas também alcançavam coeficientes maiores nas habitações coletivas. Os higienistas Fontenelle e Barreto obtiveram para a varíola, nos anos 1913-1917, um coeficiente de mortalidade



médio de 0,30 nas habitações comuns, enquanto nas coletivas era 1,13. A média do quinquênio para o sarampo, a difteria e coqueluche foram, nas habitações unifamiliares, 0,24, 0,06 e 0,14; nas habitações coletivas, de 0,73, 0,15 e 0,3633. Não há dúvida que as condições dos cortiços os haviam transformado em grave questão sanitária.<sup>33</sup>

Para o Estado oligárquico, a questão da insalubridade deveria ser resolvida com o saneamento e a remodelação do centro da cidade, o que implicava remoção das populações pobres. Desta forma ia se atender tanto às elites, que aspiravam a uma “nova capital”, quanto aos interesses do capital comercial e do capital urbano. O prefeito Pereira Passos (1902-1906) foi o agente principal das mudanças, abrindo e alargando avenidas, embelezando prédios, mas também removendo famílias e derrubando centenas de imóveis, grande parte dos quais habitações coletivas.<sup>34</sup>

A única providência para compensar as demolições foi a construção de 120 casas nas ruas Salvador de Sá e Leopoldo.<sup>35</sup> Elas, porém, não podiam abrigar mais do que 700 pessoas, número bem inferior ao das pessoas removidas. Às camadas de baixa renda, restavam as alternativas de morar nos distantes subúrbios, nas favelas – que começavam a se formar nos morros próximos ao centro exatamente nesta época –, ou permanecer nos muitos cortiços e estalagens que, por um bom tempo ainda, continuariam não só nas zonas

Norte e Sul, como nas ruas do centro não afetadas pela reforma urbana.

Não por acaso, é no início do século que se formam as primeiras favelas da cidade, como a do morro da Providência – ou “morro da Favela” na Gamboa. O recenseamento de 1920 registrava 839 domicílios na Providência, 190 no Salgueiro, seis na Arrelia, 16 em Cantagalo, 59 na Babilônia e 63 em São José.<sup>36</sup> Consideradas as primeiras favelas, elas vinham somar-se às áreas há muito favelizadas dos morros do Castelo e Santo Antonio,<sup>37</sup> onde, segundo a descrição de Luiz Edmundo, “as moradas são, em grande maioria, feitas de improvisado, de sobras e de farrapos (...) de madeira servida, tábuas imprestáveis (...) Tudo entrelaçando, toscamente, sem ordem e sem caprichos”.<sup>38</sup>

As empresas fabris também não se preocupavam sistematicamente com a moradia dos seus operários. As poucas fábricas que construíram vilas operárias terminaram por usá-las mais como empreendimento imobiliário do que como proposta de solução do problema. Nem mesmo foi metódico o uso político dessas vilas. Elas não eram vistas como agentes de subordinação do trabalho ao capital, mas, sim, como fonte de lucros. Outra forma de habitação, que começava a ser construída no início do século, eram as avenidas. Formadas por uma ou duas filas de casas em torno de uma rua central, não eram, evidentemente, habitações coletivas. De qualidade em geral superior às das vilas operárias, elas eram habitadas prin-





principalmente por famílias de classe média – funcionários públicos, comerciários, artesãos, proprietários.

As vilas operárias foram exceções dentre as moradias populares do Rio. Na transição capitalista do país, a exclusão dos trabalhadores dos direitos da cidadania tornou regra os cortiços, as estalagens, as casas de cômodos e as favelas. Quem mais trabalhava, morava pior.

### **Quem não tem, não come; ou quase!**

Os fatores básicos do problema alimentar estão localizados no abastecimento (produção e distribuição) e na capacidade aquisitiva (salários). No primeiro caso, como vimos, os problemas deviam-se ao monopólio e aos atravessadores. Já os baixos salários resultavam, também, dos expedientes herdados à empresa mercantil. Como se alimentavam os “pobres” no Rio de Janeiro? Em trabalho datado de 1845, o Dr. Antônio Correia de Souza Costa dividia os “pobres” em duas categorias: “gente de baixa condição social (...) que exerce diversos ofícios, tais como empregos públicos subalternos, agências particulares de todos os gêneros, profissões mecânicas, agrícolas, comerciais, industriais, etc.”; e os escravos.

As duas categorias foram divididas pelo Dr. Souza Costa em três subgrupos, em função das diferenças sociais entre eles: os nacionais que viviam “em estado de família”, os operá-

os livres nacionais sem família e os escravos. Os primeiros tinham uma dieta melhor. Faziam três refeições por dia: o almoço (pela manhã), o jantar (do meio dia às duas) e a ceia (no início de noite); a primeira e a última eram ligeiras, compostas de café, chá ou mate e pão; a segunda constituída por feijão, farinha de mandioca, carne seca e frutas (laranjas ou bananas). Integravam também esta refeição bacalhau, sardinha, batata doce, aipim, couve, abóbora.<sup>39</sup> O segundo grupo tinha uma dieta pior. As duas últimas refeições eram equivalentes às da família pobre. O almoço, porém, era geralmente constituído por feijão e carne seca. Finalmente os escravos, comendo pior que todos. Sua dieta era a mais pobre, variando segundo a região da cidade e a ocupação. A alimentação fazia-se, de ordinário, em três refeições, constituindo-se o almoço e a ceia de café ou água açucarada com pão; no jantar, feijão, farinha e um pouco de carne seca. No caso do escravo operário, a mesma miséria alimentar, adoçada por uma pequena variação: no almoço e no jantar três ou quatro sardinhas e uma grande massa de angu de farinha; ou, então, pequena porção de carne seca (ou bacalhau...) e o angu.

Josué de Castro afirmava que, no Brasil, prevalecia a fome oculta, ou relativa, sobre a fome absoluta, crônica ou total. A “fome oculta” é a subnutrição, caracterizada não tanto pela ausência de calorias, mas pela carência de elementos nutritivos básicos. Numa dieta parca como aquela é difícil não caracterizar a



fome específica (de determinados alimentos), como também, por vezes, a fome global que se manifesta no déficit de calorias.

Em inquéritos realizados nas décadas de 30 deste século, Josué de Castro e sua equipe tomaram como padrão dietético-racional para o Rio de Janeiro, a quantidade de 2.800 calorias. A dieta básica de Castro consistia em 400g diárias de leite, 250 de carne, 200 de pão, 300 de batata inglesa, 15 de manteiga, 80 de açúcar, 300 de verdura, 300 de frutas e 20 de café.<sup>40</sup>

A confrontação entre a dieta elaborada por Castro e aquelas descritas pelos médicos da Academia Imperial de Medicina não deixa dúvidas quanto às deficiências das últimas. Não havia a necessária presença de alimentos nutrientes. As dietas não satisfaziam às necessidades de reparação energética de reparação plástica, além da regulação do crescimento e do equilíbrio vital, onde são imprescindíveis as vitaminas. Estavam ausentes também os alimentos ricos em proteínas – como leite, as carnes e ovos -, fato gravíssimo, porque a fome de proteínas retarda o crescimento e diminui a resistência orgânica às doenças.

A análise da alimentação dos trabalhadores mostra que, no Brasil, o capitalismo conseguiu o prodígio de separar, na prática, “trabalhador” e “força de trabalho”. Pagando apenas o equivalente a uma dieta de carboidratos – feijão, farinha, arroz e pouca coisa mais –, pobre em proteínas e vitaminas, reproduzia no trabalhador ape-

nas a sua energia, degradando o homem, debilitando pouco a pouco sua massa física muscular e sua saúde.

### Quem tem menos, morre mais!

Face a tais condições de vida e trabalho, os proletários do Rio morriam mais.

Distribuindo a população do Rio de Janeiro por grupos de idade ao longo do período em estudo, o que se verifica é que *a população não vivia o suficiente para morrer de velhice*. A maior taxa atingida pela população de 60 anos e mais é de 4,6%, em 1890. Quanto ao grupo de 40-50 anos, a situação não é melhor, pois permanece praticamente com a metade da taxa dos menores de 15 anos. Uma baixa esperança de vida e uma alta taxa de natalidade dão um peso muito grande aos menores de 15 anos. Grupo este que só é superado pela faixa de 20-39 anos,<sup>41</sup> situação decorrente do fluxo migratório.

As principais doenças que incidiam no obituário da cidade eram as “doenças pestilenciais”, como a varíola, a *febre amarela* e a *peste*. Somando-se a estas, havia a tuberculose, que, sem alarma, eliminava, todos os anos, grande contingente da população, só sendo *sobrepujada por outras doenças nos anos de epidemia*. Doenças infecciosas e parasitárias, como as enterites, febre tifóide, pneumonia, malária, etc., também figuravam com elevada frequência no obituário da cidade.



A permanência desse quadro mórbido não se devia à ausência de condições técnicas para combatê-lo. A maior parte daquelas doenças já podia ser debelada. A sua existência deveria ser buscada, então, em outras causas, entre as quais se destaca o binômio *trabalho- moradia*. Segundo José Maria Teixeira, no período de 1868 a 1875,<sup>42</sup> a tuberculose – a maior responsável pela mortalidade na cidade – incidia muito mais na faixa de idade produtiva, o que se explicava pela *dupla exposição* dos indivíduos ao contágio, seja na moradia, seja no trabalho. Isso se evidencia quando percebemos que eram *os escravos* os que mais sofriam com a doença.

Ainda segundo Teixeira, a *febre amarela* atingia maciçamente os estrangeiros; a taxa de maior incidência ocorria na faixa etária produtiva. Os estrangeiros, além de nunca terem tido contato com a doença, eram, em grande parte, força de trabalho desqualificada e, por isso, “clientes preferenciais” das habitações coletivas. As lesões do tubo digestivo, em que o autor inclui gastrite, enterites e colites, apresentavam taxas mais altas de mortalidade entre os maiores de um ano. O próprio Teixeira refere-se à *deterioração dos alimentos vendidos nos armazéns* como causa principal deste grupo de doenças.

Convém lembrar que muitos cortiços utilizavam água de poços e cacimbas muitas vezes contaminadas por fossas ou pela precária rede de esgotos da cidade. Teixeira aponta ainda mais as lesões do coração como grande cau-

sa de mortalidade, atribuindo-as ao uso abusivo do álcool – disseminado entre os trabalhadores – e aos excessos extenuantes *do uso da força muscular em certas profissões*. Por “último”, o autor destacava a *febre tifóide*. A maior incidência: os homens na faixa de idade produtiva. Doença diretamente relacionada com as condições de higiene e saneamento das moradias, seu germe é eliminado junto com as fezes que, não tendo um destino adequado, contaminam águas, alimentos e diretamente os indivíduos sem higiene corporal satisfatória. Não é de surpreender a incidência maior entre os homens em idade produtiva, os mais expostos a riscos no trabalho e na moradia.

O binômio trabalho-moradia definia também o perfil de incidência espacial e social de várias doenças, entre as quais a peste que grassou no Rio de Janeiro entre 1900 e 1918. Tendo produzido centenas de casos até 1908, após as medidas profiláticas tomadas por Oswaldo Cruz, a incidência caiu para dezenas de casos anuais, até desaparecer em 1918.<sup>43</sup> Transmitida pela pulga do rato infectado, a peste atingia mais os que estavam expostos ao contato com os roedores por sua atividade ou moradia. Os estivadores, face às péssimas condições de trabalho no porto e nos porões das embarcações, eram um de seus alvos principais. Entre 1900 e 1903, a maior incidência da peste foi na freguesia de Santana, onde moravam, em habitações anti-higiênicas, muitos trabalhadores do porto.<sup>44</sup>



Assim, pois, na transição brasileira para o capitalismo, quem trabalhava, morava mal, vivia mal e morria mais cedo. Eram conseqüências de exclusão do povo do projeto político e econômico da cidade. As classes dominantes lançaram sobre as costas dos trabalhadores os ônus de sua vida e do seu trabalho, de maneira que a construção do espaço político e social democrático ficaria exclusivamente na dependência deles próprios.

Durante o longo período da transição para o capitalismo no Sudeste do país, cujo momento mais intenso foram os anos de 1870 a 1930, o Estado Brasileiro concentrou sua atuação médica na higiene sanitária, combatendo as epidemias e as “doenças pestilenciais”. A assistência médica aos trabalhadores e às classes pobres em geral do Rio de Janeiro era prestada pelas beneficências, as mutualidades e a filantropia.

De acordo com a concepção liberal predominante, o Estado imperial pouco se preocupou com a oferta de serviços médicos, limitando-se a pequenos repasses de recursos e à concessão de subsídios a instituições beneficentes e filantrópicas. E, já na República, a União acentuou a tendência à unificação dos serviços de saúde pública com a criação, em 1897, da Diretoria Geral de Saúde Pública, que se manteve preocupada exclusivamente com a questão da higiene.

Excluída da saúde pública, a Municipalidade inauguraria a sua atuação no campo da assistência médica durante a administra-

ção Pereira Passos. Essa assistência foi, no entanto, do tipo pronto-socorro, e não de serviços clínicos e ambulatoriais.<sup>45</sup> O pronto-socorrismo integrava-se à política do governo Passos de saneamento e controle (higiénico e moral) do centro da cidade, prestando os primeiros socorros aos doentes e feridos nas ruas, fazendo a remoção, com “métodos suasórios e brandos”, para os hospitais, verificando o cumprimento das posturas municipais e atendendo aos chamados de estabelecimentos industriais e comerciais.<sup>46</sup>

Foi a filantropia que prestou maior volume de serviços à população carente não integrada às mutualidades, destacando-se a Santa Casa da Misericórdia. Desde a sua fundação no século XVI, a Santa Casa forneceu o maior número de leitos hospitalares gratuitos na cidade, situação que se modificaria a partir do primeiro quartel deste século, quando os serviços particulares, por reorientação político-financeira da instituição, sobrepujaram os serviços gratuitos.<sup>47</sup>

Os serviços clínicos e ambulatoriais, por sua vez, ficariam restritos à medicina liberal até o final dos anos vinte. No início da década seguinte o governo reformista de Pedro Ernesto iniciou a ampliação e a diversificação da rede hospitalar, particularmente nos bairros do subúrbio, incorporando aqueles serviços à rede pública. Com a interrupção da sua administração, sustou-se a reforma hospitalar, atrofiando-se os serviços clínicos e ambulatoriais.<sup>48</sup>



## A cidade democrática pertence ao povo

Não era muito comum encontrar nas “elites” brasileiras do período em tela idéias democráticas com conteúdo social. Entretanto, estas idéias estiveram sempre presentes nas reivindicações dos trabalhadores. Elas aparecem nos congressos operários e nos programas dos partidos socialistas e trabalhistas que se formaram na virada do século.

A plataforma do Partido Socialista Brasileiro, de 1890, organismo dirigido pelo arte-são Luis de França e Silva, relacionava entre seus objetivos “apressar quando for possível, as leis necessárias para tornar as habitações dos operários mais higiênicas, confortáveis e baratas, com meios fáceis de condução”.<sup>49</sup> O mesmo partido propunha-se a organizar um Montepio para amparo aos operários em caso de desemprego, invalidez ou velhice.

O Partido Operário Brasileiro (POB), de 1893, nascido do Congresso Operário Nacional realizado em 1892, no Rio, postulava a “garantia de subsistência aos menores desprotegidos e aos adultos inválidos” e a “responsabilidade dos governos e patrões pelos acidentes de que forem vítimas os operários durante o trabalho”; e ainda “medicina e justiça gratuita para todas as classes às expensas dos poderes públicos”.<sup>50</sup>

Além desses objetivos assistencialistas, o POB reivindicava a “fixação de 8 horas para o dia normal de trabalho e sua redução equita-

tiva nas indústrias nocivas à saúde, e de 5 horas para os trabalhos noturnos”. E ainda a “rigorosa inspeção higiênica nas fábricas, oficinas e estabelecimentos industriais e profissionais, públicos e particulares”.<sup>51</sup>

Apesar das diferenças ideológicas, o movimento operário percebia o caráter político de sua exclusão. O Partido Operário Socialista, fundado em 1895, aliava a “objetivos táticos” - como a exigência de que as instalações industriais fossem “as mais perfeitas possíveis, especialmente no que se relaciona ao arejamento, à ventilação, à segurança dos operários contra o perigo dos maquinismos, etc.” – “objetivos estratégicos” – como “a conquista do poder político pela classe operária”, embora o poder a que aspirava se situasse sobre uma base econômica de caráter “cooperativista”.<sup>52</sup>

O Congresso de 1912 propunha urna lei que sujeitasse “as fábricas de toda espécie a determinadas regras de construção e instalação de maquinismos, de cuidados higiênicos, etc. para que a integridade física, a saúde e a razoável comodidade dos trabalhadores (fossem) garantidas (...)”.<sup>53</sup>

Os Congressos discutiram a redução da jornada de trabalho, o sistema de multas, o trabalho por empreitada, os acidentes de trabalho, o trabalho das mulheres e crianças. A ênfase nesses problemas decorria, em grande parte, das concepções táticas anarco-sindicalistas que consideravam as lutas pelos direitos dos operários, condição para o acúmulo



de forças com vistas ao “confronto decisivo”. Não resta dúvida, porém, que refletiam a realidade da vida e do trabalho do proletariado carioca. Estas reivindicações estarão presentes em quase todas as greves do período. Ninguém melhor que o movimento operário expressou as aspirações democráticas e civis na Primeira República.

As contradições ideológicas do movimento operário, contudo, não lhe deram continuidade e força política para realizar estes objetivos. O Estado iria aproveitar-se dessas brechas para realizar reformas de cunho paternalista, autoritária e conservadora nas décadas de 20 e 30, sem, contudo, alterar substancialmente a exclusão econômica das classes trabalhadoras.

Diante da incapacidade burguesa em construir outra coisa do que um sistema de exploração selvagem e desenfreado, somos forçados a reconhecer que a cidade democrática é apanágio de seu povo e não de sua elite. Uma cidade como o Rio, onde 1/3 de sua população vive hoje em favelas, só se humanizará quando forem ouvidos e tiverem participação em sua gestão, os sindicatos, as associações de moradores, os partidos populares.

Quando assim for, certamente poderemos dizer, como Pablo Neruda: “Rio, aí então serei teu poeta”.

## Notas

- <sup>1</sup> DIAS, E. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977, p.45-6.
- <sup>2</sup> SINGER, P. Campo e cidade no contexto histórico latino-americano. In: SINGER, P.; CARDOSO, F. H. A cidade e o campo. *Cadernos CEBRAP*, n.7, São Paulo: 1972, p.11.
- <sup>3</sup> Id.ib., p.59.
- <sup>4</sup> SOARES, S.F. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e a carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977, p.9.
- <sup>5</sup> DRUMOND, A. F. V. Ofício à Camara Municipal. *Apud* LINHARES, M.Y. *História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri, 1979, p.159
- <sup>6</sup> SOARES, op.cit., p.287
- <sup>7</sup> Id.ib., p.288-289.
- <sup>8</sup> BARRETO, J.B. *Estudo higiênico dos esgotos da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p.85.
- <sup>9</sup> Dados extraídos do Censo de 1890, apud COIMBRA, L.O.C.M. O sistema de esgoto da cidade do Rio de Janeiro e algumas determinações. *Assistência médica do Rio de Janeiro: uma contribuição para a sua história no período 1870-1945 (2º relatório de trabalho)*. Rio de Janeiro: Centro de Memória Social Brasileira, 1981.
- <sup>10</sup> REBOUCAS, A. Artigo publicado na *Revista de Engenharia*, março 1988, p.49 e 65. *Apud* BARRETO, op.cit.
- <sup>11</sup> FONTENELLE, J. P.; BARRETO, J. B. Salubridade das habitações coletivas no Rio de Janeiro. *Revista dos Tribunais*, 1918, p.83.
- <sup>12</sup> ABREU, M.; BRONSTEIN, O. *Estudo preliminar sobre o aproveitamento do espaço urbano do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBAM, 1979. p.64. [mimeo.]
- <sup>13</sup> Id.ib., p.64.
- <sup>14</sup> Id.ib., p.67.
- <sup>15</sup> Id.ib., p.69.
- <sup>16</sup> Dados do Censo de 1890, apud COIMBRA, L. O. C. M. Op.cit., p.201.
- <sup>17</sup> ABREU, M; BRONSTEIN, O. Op.cit. p.76.
- <sup>18</sup> Id.ib.,p.79.
- <sup>19</sup> Id.ib.,p.79.
- <sup>20</sup> SENNA, E. *O velho comércio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garnier, s.d., p.2.





- <sup>21</sup> EDMUNDO, L. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista, p.358ss.
- <sup>22</sup> Club Protetor dos Chapeleiros. *Echo Popular*. Rio de Janeiro, 22 mar., 1890, p. 2.
- <sup>23</sup> *Apud* RODRIGUES, E. *Alvorada operária*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979, p.203-204.
- <sup>24</sup> *Apud* RODRIGUES, E. Op.cit., p.216.
- <sup>25</sup> EDMUNDO, L. Op.cit., p.207.
- <sup>26</sup> Id.ib., p.89
- <sup>27</sup> FERRARI, A. A tuberculose nas fábricas. *Revista Simétrica*, n.6, jun. 1909, p.88-9.
- <sup>28</sup> Id.ib., p.89
- <sup>29</sup> SANTOS, F. A. N. As freguesias do Rio Antigo. Rio de Janeiro, *O Cruzeiro*, 1965.
- <sup>30</sup> A este respeito, ver: BACKEUSER, E. *Habitações populares*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906, p.110-111.
- <sup>31</sup> FONTENELLE, J. P.; BARRETO, J. B. Op.cit., p.13.
- <sup>32</sup> Relatório da Diretoria Geral de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1895, p.69.
- <sup>33</sup> FONTENELLE, J. P.; BARRETO, J. B. Op.cit., p.12.
- <sup>34</sup> REIS, J. O Rio de Janeiro e seus prefeitos. *Evolução urbana da cidade Rio de Janeiro*. Prefeitura, 1977, p.15-50.
- <sup>35</sup> Id.ib.
- <sup>36</sup> Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Estatística predial. Distrito Federal, 1933. Rio de Janeiro: Departamento de Estatística e Publicidade, 1935.
- <sup>37</sup> EDMUNDO, C. Op.cit., p.266.
- <sup>38</sup> Id.ib., p.265.
- <sup>39</sup> COSTA, A. C. S. *Qual a alimentação de que usa a classe pobre do Rio de Janeiro e qual sua influência sobre esta classe?* Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1865.
- <sup>40</sup> CASTRO, J. *A alimentação brasileira à luz da Geografia Humana*. Rio de Janeiro: Globo, 1937, p.155.
- <sup>41</sup> TEIXEIRA, J. M. *Mortalidade na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ.Central de Brom e Evaristo, 1876.
- <sup>42</sup> Id.ib.
- <sup>43</sup> Diretoria Geral de Saúde Pública. Anuário de Estatística Sanitária - 1903. Rio de Janeiro, 1905, p.70.
- <sup>44</sup> Id.ib., p.70
- <sup>45</sup> BARBOSA, L. *Serviços de assistência no Rio de Janeiro*: Typ.Ao Luzeiro, 1908, p..20.
- <sup>46</sup> Id.ib., p.20.
- <sup>47</sup> MELO, L. O. C. A Santa Casa de Misericórdia: um modelo de assistência hospitalar à população trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro. *Assistência médica no Rio de Janeiro: uma contribuição para a sua história no período de 1870-1945*. Rio de Janeiro: CMSB, 1980, [mimeo.].
- <sup>48</sup> VIEIRA, P.R. G. Assistência médica no Rio de Janeiro (1920-1937): reformas institucionais e transformações na prática médica. Tese de Mestrado. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 1982, [mimeo].
- <sup>49</sup> *Apud* SILVA, G.A. A assistência médica originária das associações civis no Império e na República Velha (1920). Tese de Mestrado. Rio de Janeiro, p.103, [mimeo].
- <sup>50</sup> Id.ib., p.104
- <sup>51</sup> Id.ib., p.105
- <sup>52</sup> Id.ib., p.107
- <sup>53</sup> Id.ib., p.121.

Obs.: Iconografia. Operários da Fábrica Bangu – 1892. [s/a]



---

**Abstract** – *The transition into Capitalism in Brazil, specially in Rio de Janeiro: has reproduced on new bases the distortions inherited from the colonial trade enterprise. The urbanization and the industrialization of the former capital of the Country have excluded the working classes from the benefits of civilization, causing them great loss concerning work conditions, housing, sanitation, transportation, food, and health. This article, which questions the contradiction accumulation/poverty, summarizes some relevant analysis concluded by the project “Medical Assistance in Rio de Janeiro: a contribution to its history during the period of 1870-1945”, implemented by researchers from Instituto de História Social Brasileira, 1979/80, supported by Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).*

**Keywords:** *urban accumulation; poverty; social policies; capitalism; Rio de Janeiro.*

**Resumen** - *La transición al capitalismo en Brasil, especialmente en Rio de Janeiro, ha reproducido en nuevas bases las distorsiones heredadas de la empresa mercantil colonial. La urbanización y la industrialización del antiguo Distrito Federal excluyeron las clases trabajadoras de los beneficios de la civilización, ocasionándoles serios perjuicios a las condiciones de trabajo, de morada, de saneamiento, de transportes, de alimentación y de salud. Este artículo - que plantea la contradicción entre acumulación y pobreza - compendia algunos análisis resultantes del proyecto “Asistencia médica en Río de Janeiro: una contribución a su historia en el período 1870-1945”, que la equipe de investigadores del Instituto de Historia Social Brasileira, produjo entre 1979 y 1980, con el auspicio de la Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), dependencia del Ministerio de Ciencia y Tecnología).*

**Palabras-clave:** *acumulación urbana; pobreza; políticas sociales; capitalismo; Rio de Janeiro.*

---